

Igreja doa terras para reforma agrária

Área a ser entregue ao Governo corresponde a 17 vezes a Cidade do Vaticano e se localiza em vários Estados, incluindo o Amazonas

GENERAL CARNEIRO, MT (AG) — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) vai apresentar ao Incra uma relação de 41 propriedades rurais da Igreja para serem destinadas à reforma agrária. De acordo com o levantamento, feito em todo o País a pedido da Pastoral Social da CNBB, as terras somam 87.665 hectares, área correspondente a um quinto do Distrito Federal ou 17 vezes à Cidade do Vaticano. Boa parte das propriedades será oferecida gratuitamente, sem a necessidade de desapropriação. O Governo só precisará regularizar a situação fundiária dos agricultores já residentes e repassar os créditos. Mas também haverá ofertas para venda e desapropriação de terras.

Algumas dioceses já iniciaram processos de doação com a ajuda das superintendências do Incra nos Estados. A Diocese de Bacabal, no Maranhão, por exemplo, decidiu transferir terras para os lavradores que trabalham em quatro fazendas que tinham sido adquiridas pela Igreja. Segundo o frei Frederico Zillner, administrador diocesano, pelo acordo com o Incra os agricultores receberão da Igreja títulos de posse intransferíveis por um certo tempo e do Governo o dinheiro do Programa de Crédito da Reforma Agrária.

“A idéia era criar cooperativas dos agricultores, mas não temos pessoal para isso. Queremos que cada um ganhe seu lote, sem poder negociá-lo”, diz Zillner. Em Bacabal, a maior fazenda tem 4.760 hectares e 170 famílias de lavradores.

As outras três, mais 220 famílias. A diocese continuará administrando só uma fazenda-modelo de 50 hectares.

As terras relacionadas pela Pastoral Social da CNBB têm 500 hectares ou mais e estão sendo oferecidas por decisão de cada diocese ou congregação religiosa. Se se interessar por todas, o Incra poderá assentar cerca de 3.500 famílias.

Nessas terras, até hoje a Igreja combinou experiências bem-sucedidas (como a de Bacabal) com incursões fracassadas. Os Irmãos Maristas de Belo Horizonte se arrependem de comprar há 20 anos uma área de 3.618 hectares em Jaíba (MG).

Na relação da Igreja, a terra é oferecida para venda e tem seu aproveitamento classificado de parcial: “Na época, o preço era bom e compramos como investimento, mas hoje a área é um peso sob todos os aspectos, econômico, financeiro e social. Estamos tentando vendê-la há oito anos”, diz o irmão Vicente Falqueto.

Há na relação áreas já oferecidas ao Incra anos atrás, sem que tivesse havido resposta. Desde 1986, os Irmãos da Sagrada Família, de Passo Fundo (RS), esperam uma resposta para a oferta de uma propriedade de 500 hectares em Barra do Garças, no Mato Grosso. A Superintendência do Incra não se pronunciou. O mesmo problema enfrentam as Irmãs da Divina Providência, de Porto Alegre, que protocolaram no Incra de Cuiabá um processo de venda de 500 hectares em Tuparah.



Sem-terra deverão ser assentados em 41 propriedades doadas ao Governo pela Igreja Católica

Iniciativa impede problemas sociais

Nem todas as terras oferecidas pela Igreja ao Incra são improdutivas. Boa parte delas tem aproveitamento pleno. Em Balsas, no Maranhão, os missionários combonianos consideram um sucesso a experiência comunitária realizada com trabalhadores sem-terra em quatro propriedades adquiridas de fazendeiros, numa tentativa de amainar os problemas sociais da região. De acordo com o relatório elaborado pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as áreas já foram doadas aos lavradores e agora resta apenas a fase de regularização dos títulos de propriedade.

“Os trabalhadores plantam arroz, milho, feijão e mandioca nessas terras. Numa delas, dom Rino Carlesi (o bispo local) comprou até um trator para ajudar no trabalho. Falta só o processo de parcelamento da área”, informa padre Pedro Pontes, vigário-geral de Balsas.

Entre as terras a serem oferecidas está a segunda maior propriedade da Igreja Católica no País: uma fazenda de 8.505 hectares, em Eirunepé, no Amazonas. A maior área da Igreja, a Fazenda Sangradouro, em General Carneiro (MT), não está à disposição porque nela os missionários salesianos dão assistência social desde o início do século a 1.100 índios xavantes e bororós, que moram em quatro aldeias instaladas na propriedade. Os salesianos também mantêm na fazenda uma escola bilíngüe (português-xavante) e um posto de saúde.

Situação diferente de Eirunepé. Lá, o pároco, o alemão Antônio Cremer, de 82 anos, da Ordem dos Espiritanos, já administrou até uma serraria com 35 empregados e uma olaria. Mas atualmente diz estar pondo a propriedade à venda porque não tem mais como cuidar dela. Com o dinheiro, a paróquia vai construir mais uma igreja num bairro da periferia, Santo Antônio: “Não dá mais para sustentar 35 trabalhadores na serraria. Arrendei a serraria para um grupo de pessoas que está pagando aluguel e vendi uma parte da terra. A cooperativa que vendia os alimentos faz tempo que não funciona”, diz ele, sem esconder a decadência do empreendimento agropecuário. Eirunepé, às margens do rio Juruá, em plena Floresta Amazônica, só é acessível de barco ou avião.

Padre ajuda índios cuidando de fazenda

O padre italiano Sandro Giancola, de 42 anos, da Ordem dos Salesianos, é um dos grandes fazendeiros de Mato Grosso. No Brasil desde 1965, administra 1.400 cabeças de gado, 48 vacas leiteiras e lavouras de arroz, milho e mandioca na maior propriedade rural da Igreja no país: a Fazenda Sangradouro, a 280 quilômetros de Cuiabá. A produção tem destino certo: os 1.100 índios que vivem em quatro aldeias nos 11.210 hectares da propriedade.

Além de fazendeiro, padre Sandro é o diretor da primeira escola do Brasil a formar índios-professores, a Escola Indígena São José, e de um posto de saúde, que mantém a taxa de mortalidade dos xavantes entre as mais baixas do país.

Desde o início do ano, 41 xavantes e um bororó - os primeiros a concluir os três anos do curso de formação de professores (equivalente ao Segundo Grau) - substituíram os professores brancos na Escola Indígena e lecionam português, matemática, história, geografia e educação religiosa para 300 índios das quatro aldeias da propriedade e em mais 70 aldeias da região.

Este ano, os salesianos também passaram a ministrar um curso de enfermagem e em 1998 começam a preparar de técnicos agrícolas. Os missionários ainda pretendem criar até 2000 um curso de pedagogia, com a ajuda dos professores da Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande. Como os índios xavantes falam sua própria língua, a Escola Indígena, mantida com a ajuda do Governo de Mato Grosso, é a primeira bilíngüe do Brasil.

“Essa é a verdadeira função social da terra. Aqui, fazemos na prática o que se ensina na teoria”, orgulha-se padre Sandro.

Os missionários salesianos chegaram ao interior de Mato Grosso em 1902, inicialmente para evangelizar apenas bororós. A fazenda, onde funciona a Missão Salesiana São José, foi comprada em 1906 para facilitar a aproximação com a tribo. Apesar disso, os xavantes são em maior número: dos 1.100 índios assistidos na fazenda, apenas 90 são bororós. Em todo o País, a tribo já não reúne mais nem mil índios.

Ronaldo Assis — 10/set/96